



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

AJUDA MEMÓRIA DA SEGUNDA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

21 de março de 2017

Serviço Florestal Brasileiro – SCEN Ibama - Asa Norte, Brasília – DF

Abertura da reunião, aprovação de documentos e informes gerais

A segunda reunião da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salv.) teve início às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de março de 2017, no Serviço Florestal Brasileiro em Brasília-DF. Estavam presentes:

Nome	Instituição
Coordenadores	
Edel Moraes	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Luiz De Andrade Filho	Ministério das Relações Exteriores
Membros	
Antônio José da Silva Souza	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
Bernhard Javier Lago Smid	Instituto Capital Natural da Amazônia
Camila Oliveira	Associação de Manejadores de Recursos Florestais do Acre
Camila Pianca	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação
Clarissa Costalonga e Gandour	PUC-Rio/Climate Policy Initiative
Cristina Lacerda	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre
Daniela Baccas	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Domingos Nunes de Oliveira	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
Eduardo Valente Canina	WWF
Fernanda Lopes da Fonseca	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Francis Rinaldi Frigeri	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Tocantins
Janete dos Santos Oliveira	Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas
Kutanan Waiapi Waiana	Associação dos Povos Indígenas Wayana e Aparai
Larissa Ambrosano Packer	Terra de Direitos
Leandra Fatorelli	Finatec
Maria Jocicleide Lima de Aguiar	Rede GTA
Nathali Germano dos Santos	Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Patricia Frederighi	Trench, Rossi & Watanabe Advogados
Secretaria Executiva	
Monique Ferreira	Ministério do Meio Ambiente
Rafael Pereira	Ministério do Meio Ambiente



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

13 Edel Moraes, coordenadora da CCT-Salv, agradeceu os presentes pela participação,
14 apresentou a agenda* (abaixo) e enfatizou a necessidade de continuidade dos trabalhos
15 iniciados em fevereiro na oficina sobre as salvaguardas e o papel de cada representante
16 da CCT em disseminar as discussões entre seus pares. Luiz de Andrade, coordenador da
17 CCT, também deu as boas-vindas e pediu para que os membros que estavam
18 participando pela primeira vez se apresentassem.

19 Monique Ferreira, da Secretaria Executiva da CONAREDD+, consultou os presentes
20 sobre a aprovação da Ajuda-Memória da 1ª reunião, todos consideraram o documento
21 aprovado. O Relatório da Oficina também foi objeto de aprovação. Monique Ferreira
22 esclareceu que o objetivo do documento foi compilar as discussões da reunião e não as
23 analisar. Os membros da CCT recomendaram que isso estivesse explícito no documento.
24 Também fizeram algumas sugestões pontuais e solicitaram mais alguns dias para enviar
25 contribuições. Ficou acordado que sugestões deveriam ser encaminhadas até o dia 23
26 de março, para que o relatório fosse então publicado no site <http://redd.mma.gov.br>.

27

Horário	Tema
9h30	Abertura – Coordenação da CCT
9h45	Aprovação da Ajuda-Memória da Reunião 1 e Relatório da Oficina
10h00	Apresentação da 4ª fase do PPCDAm <i>Raul Oliveira, Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento-MMA</i>
11h00	Intervalo
11h15	Ouidoria Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário <i>Mônica Ribeiro, Coordenadora-Geral-MDSA</i>
12h30	Almoço
14h00	Conceitualização das salvaguardas – Apresentação e discussão de proposta de formato de relatório e conteúdo preliminar, divisão de tarefas e plano de conclusão.
16h00	Discussão sobre subsídios à elaboração do 2º Sumário sobre as salvaguardas do Brasil e à consulta pública. Divisão de tarefas
17h00	Discussão sobre Plano de Capacitação da CCT e demais produtos da CCT.
17h30	Encaminhamentos
18h00	Encerramento

28 * a agenda aqui transcrita já reflete os ajustes devido ao desenvolvimento dos trabalhos.

29

30 A coordenação informou aos membros da CCT que a demanda por integração entre as
31 CCT foi levada à reunião entre coordenadores e fez breve relato sobre o andamento dos
32 trabalhos das demais câmaras. Os membros da CCT questionaram especialmente o
33 andamento dos trabalhos da CCT de Captação e Distribuição de Recursos Não-



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

34 Reembolsáveis (CCT-CDRNR), que finalizou produto sobre distribuição de limites de
35 captação de recursos de pagamentos por resultados de REDD+. Questionou-se a
36 metodologia proposta pela CCT-CDRNR e sua interação com temas abordados pelas
37 CCT-Salv. A coordenação esclareceu que essa é a primeira etapa na operacionalização
38 de pagamentos por resultados e que as salvaguardas deverão ser consideradas nas
39 diretrizes de uso. Questionado sobre o direcionamento de recursos a estados
40 amazônicos, a coordenação esclareceu que a ENREDD+ visa, gradualmente, abranger
41 todo o território nacional. Ainda, representantes da CCT enfatizaram que de modo geral,
42 são as políticas federais as principais responsáveis pela conservação e apoio a povos e
43 comunidades tradicionais. A coordenação se comprometeu a levar essas demandas à
44 reunião da Comissão Nacional para REDD+.

45

46 **Apresentação da 4ª fase do PPCDAm**

47 Conforme recomendação da oficina sobre salvaguardas realizada em fevereiro, a
48 coordenação convidou Raul Oliveira, do Departamento de Florestas e de Combate ao
49 Desmatamento-MMA, a fazer apresentação sobre as novas fases dos planos de ação
50 para prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros. Raul Oliveira expôs
51 a dinâmica do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, o processo de elaboração das
52 novas fases, a governança e os principais resultados esperados para esse novo ciclo que
53 vai de 2016 a 2020.

54 **Principais questionamentos:**

55 *Foco em desmatamento ilegal*

56 Raul esclareceu que os planos são de combate ao desmatamento de modo irrestrito, e
57 que atualmente quase a totalidade das áreas desmatadas são ilegais.

58 *Atuação com o setor privado*

59 Foi reforçado que o setor privado foi envolvido durante a elaboração das novas fases
60 dos planos e que o MMA participa de algumas iniciativas setoriais, tal como o Grupo de
61 Trabalho da Soja.

62 *Monitoramento dos planos*

63 As avaliações das etapas anteriores serviram de insumos para a elaboração dessa nova
64 fase. Esses documentos de avaliação estão disponíveis no site do MMA. Foi enfatizada
65 a nova lógica de atuação dos planos, mais focada em resultados esperados e que
66 subsidiará a Matriz de Impacto de Políticas Públicas de REDD+, que começará a ser
67 desenvolvida tomando o PPCDAm como base, e será expandida a todas as políticas que
68 levam a resultados de REDD+.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

69 **Apresentação da Ouvidoria Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**

70 Para subsidiar as discussões sobre o produto 4 da CCT (desenvolvimento de insumos
71 para um procedimento de ouvidoria sobre violação das salvaguardas), Monica Ribeiro,
72 apresentou o procedimento de Ouvidoria Social do Ministério de Desenvolvimento
73 Social e Agrário (MDSA). A apresentação trouxe normativos sobre ouvidorias, como
74 funciona a Ouvidoria do MDSA e indicou princípios e boas práticas no desenvolvimento
75 de ouvidorias.

76 **Principais questionamentos:**

77 *Competências da ouvidoria, processo de devolutiva da denúncia e mediação de conflitos*

78 Monica esclareceu que a ouvidoria do MDSA tem um caráter de prover recomendações
79 e mediações internas à estrutura do órgão. De todo modo, quando recebe demanda de
80 competência de outra entidade, a encaminha para providências do órgão competente.
81 Existem outras ouvidorias que atuam “in loco”, como a Ouvidoria do SUS, sugere que a
82 CCT busque outros exemplos.

83 *Incorporação da Ouvidoria Agrária à Ouvidoria Social e participação social efetiva*

84 A Ouvidoria Agrária está ligada à Presidência da República e a participação social só é
85 efetiva quando gera mudança. Enfatizou que as ouvidorias devem focar o público-alvo,
86 o cidadão.

87 *Tratamento a povos e comunidades tradicionais*

88 Questões relacionadas a povos e comunidades tradicionais são encaminhadas à
89 Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Em geral são poucas
90 ocorrências, possivelmente por desconhecimento desse canal de comunicação.

91 *Normativo sobre princípio de independência*

92 Não existe consenso a respeito, está em processo de discussão. Existe uma ouvidoria
93 geral da união para casos envolvendo gestores governamentais, a fim de se evitar
94 conflitos éticos.

95

96 **Discussão do relatório de conceitualização das salvaguardas**

97 *Discussões sobre o formato*

98 A coordenação iniciou os trabalhos no período da tarde com a contextualização sobre o
99 produto relativo à conceitualização das salvaguardas, as discussões até o momento e
100 perspectivas para conclusão. Ponderou a necessidade de trabalhos remotos até a
101 próxima reunião, encorajando o trabalho de membros da CCT nesse período.
102 Apresentou a proposta de formato de relatório e consultou a todos. Representantes da



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

103 CCT discutiram a necessidade de ser ter um conceito claro e objetivo para cada
104 salvaguarda, mas houveram ponderações que eventualmente isso não seja possível em
105 todas as salvaguardas. Todos concordaram que seria interessante criar uma identidade
106 visual para cada salvaguarda. Foi levantada a questão de buscar a experiência de outros
107 países, especialmente da América Latina, com o tema salvaguardas. Discutiu-se a
108 viabilidade de se criar tabelas e indicadores para conceitualização, o que depois foi
109 entendido pelo grupo como etapa posterior. O grupo entendeu ser necessário um breve
110 texto para cada salvaguarda, seguindo o “roteiro”: 1. Conceito; 2. Objetivo; 3. Detalhes;
111 4. Normativos atuais.

112

113 *Discussões sobre a continuidade dos trabalhos remotamente*

114 A coordenação convidou os membros da CCT a se voluntariarem para os trabalhos
115 remotos de conceitualização das salvaguardas. Sugeriu uma divisão em três grupos: 1.
116 Salvaguardas **A** e **B**; 2. Salvaguardas **C** e **D**; 3. Salvaguardas **E**, **F** e **G**, tal como foram os
117 trabalhos na oficina. Os grupos definidos foram:

Salvaguardas	A e B	C e D	E, F e G
Grupos	Bernhard Smid Eduardo Canina Francis Frigeri	Camila Pianca Janete Oliveira Larissa Packer Nathali Germano	Clarissa Gandour Leandra Fatorelli
Apoio coordenação	Luiz de Andrade	Edel Moraes	Monique Ferreira

118

119 *Discussões sobre o conteúdo do relatório*

120 Na sequência, foram iniciadas as discussões sobre o conteúdo da interpretação de cada
121 salvaguarda. Luiz de Andrade explicou que houve um exercício inicial da coordenação
122 de conceitualização, tomando como base o relatório do Painel Técnico (2012) e as
123 discussões da oficina do mês anterior. Edel Moraes reforçou que o documento em pauta
124 é totalmente aberto a modificações, foi apenas um exercício inicial de sistematização
125 das discussões anteriores.

126 Cada representante da CCT teve a oportunidade de ler o documento preparado pela
127 coordenação, seguido pela discussão em plenária. Os principais aspectos discutidos
128 foram registrados no documento base preparado pela coordenação com controle de
129 alterações e seguem abaixo.

- 130 • Salvaguarda A: Consistência com programa florestais nacionais e acordos
131 internacionais relevantes



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

132 Alguns representantes citaram que a relação das políticas públicas elencadas
133 nessa salvaguarda poderia causar a impressão que tais políticas se relacionam
134 apenas a essa salvaguarda e sugeriu-se uma listagem de políticas transversais a
135 todas as salvaguardas. Um membro da CCT questionou se não deveria ser
136 incluída a iniciativa de governos estaduais sobre clima e florestas (GCF Task
137 Force, em inglês) e um representante de governo estadual esclareceu que o
138 governo federal não faz parte desse esforço, justificando a não inclusão dessa
139 iniciativa.

140

141 • Salvaguarda B: Estruturas de governança transparente e eficazes
142 Ponderou-se que o texto preparado pela coordenação deveria ser mais
143 detalhado, indicando a quais políticas e órgãos essa salvaguarda se refere, quais
144 os canais e público-alvo para fins de transparência, dentre outros. Foi discutido
145 que a transparência deve ir além da publicação de documentos na internet,
146 buscando amplo acesso pela sociedade, especialmente em consideração à povos
147 e comunidades tradicionais. Para isso, devem se fazer uso de publicações, rádio,
148 recursos audiovisuais, etc. Foi discutido que o conceito de estrutura de
149 governança deve ser melhorado e que a avaliação da eficácia e transparência
150 deve ser relacionada à governança e não apenas à política a qual ela é atribuída.

151

152 • Salvaguarda C: Respeito pelo conhecimento e direitos de povos indígenas e
153 povos e comunidades tradicionais
154 Debates com o objetivo de definir o público dessa salvaguarda, incluindo a
155 definição de povos e comunidades tradicionais do Decreto nº 6.040/2007 e
156 avaliar a inclusão da agricultura familiar, tal como no Lei nº 13.123/2015.
157 Necessidade de citar a necessidade de autonomia sociocultural dos povos.

158

159 • Salvaguarda D: Participação plena e efetiva das partes interessadas
160 Ponderou-se que o texto preparado pela coordenação deveria ser mais
161 detalhado, indicando a quais políticas, canais de participação, público-alvo,
162 processos de formação, qualidade da informação, dentre outros. Foi ressaltado
163 que o Conhecimento Livre, Prévio e Informado e o respeito aos protocolos
164 comunitários devem ser abordados nessa salvaguarda, bem como questões
165 como paridade na tomada de decisão e gênero.

166

167 • Salvaguarda E: Biodiversidade e benefícios sociais e ambientais
168 Conforme as discussões da reunião, essa salvaguarda deverá ter um enfoque
169 maior na valorização da floresta em pé e os modos de vida a ela associados.
170 Novamente surgiu a questão de uma listagem de políticas, o que levou os



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

171 membros a discutir uma listagem anexa ao relatório de conceitualização. Foi
172 mencionado o Anexo da decisão XI/19 da Convenção de Diversidade Biológica
173 como referência para a interpretação dessa salvaguarda e das seguintes.
174 Também foi mencionada a conveniência de se abordar o provimento de água
175 como serviço ecossistêmico.

176

177 • **Salvaguarda F: Risco de reversão**

178 Pontuou-se que o risco de reversão deve ser considerado após o recebimento de
179 recursos de pagamentos por resultados de REDD+, para garantir a permanência
180 do resultado mesmo depois de recebidos recursos. Ainda, mencionou-se a
181 questão de que a reversão deve estar ligada não só a volta do mesmo tipo de
182 atividade (desmatamento – desmatamento), mas também a outras atividades
183 (desmatamento – degradação) e até a diferentes dinâmicas ainda que se
184 considere a mesma atividade (alteração de perfis de desmatamento, por
185 exemplo).

186

187 • **Salvaguarda G: Risco de deslocamento**

188 Ressaltou-se a necessidade de enfatizar ordenamento territorial e
189 implementação de territórios protegidos como ferramentas para promoção
190 dessa salvaguarda e das duas anteriores.

191

192 Ao final das discussões, representantes da CCT solicitaram que as recomendações que
193 não forem acatadas pelos grupos que trabalharão no documento de conceitualização
194 também sejam apresentadas a todos.

195

196 **Discussão sobre subsídios à elaboração do 2º Sumário sobre as salvaguardas do Brasil**

197 Monique Ferreira realizou apresentação sobre a produção do 2º Sumário de
198 Informações sobre as Salvaguardas do Brasil e os representantes da CCT pontuaram
199 aspectos importantes para a produção desse documento. Mencionou-se a necessidade
200 de uma linguagem inclusiva de gênero e que grande parte do conteúdo do sumário é
201 consequência do documento de conceitualização. Ainda assim, algumas frentes de
202 trabalho podem ser abertas, como informações do Fundo Amazônia.

203 Com relação à consulta à sociedade sobre o sumário, ponderou-se a necessidade de
204 atingir diversos grupos na internet, por meio de redes sociais, por exemplo, e a
205 possibilidade de realização de oficinas presenciais em capitais de estados amazônicos.

206



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

207 **Discussão sobre Plano de Capacitação e demais produtos da CCT**

208 A última sessão de discussão da reunião abordou os demais produtos da CCT. Abaixo
209 seguem os principais pontos discutidos.

210

211 *Plano de capacitação*

212 A coordenação informou que não recebeu informações sobre eventos que poderiam ser
213 espaços para apresentações sobre e ENREDD+ e salvaguardas. Os membros fizeram
214 então reportes sobre algumas possibilidades de eventos, como a oficina do Comitê
215 Indígena de Mudanças Climáticas (19 e 20/04), reunião do Fórum de Secretários de Meio
216 Ambiente da Amazônia Legal (04 e 05/05) e o Chamado dos Povos da Floresta. Ainda,
217 discutiu-se a viabilidade de realizar seminário sobre REDD+ em parceria com o Centro
218 de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, especialmente tendo
219 como público os alunos do programa de mestrado voltado a povos e comunidades
220 tradicionais.

221 Ponderou-se que é importante definir qual o tipo de produto a ser entregue, entender
222 o público-alvo, os níveis de profundidade e os temas a serem abordados. Um arranjo
223 possível para a capacitação seria com cursos a distância e moderadores/facilitadores
224 locais. Por fim, foi compartilhada a experiência da CCT sobre Pacto Federativo, cujo
225 plano de capacitação já tem um público específico (técnicos municipais e estaduais) e
226 será o último produto a ser entregue, de modo a tomar como base o desenvolvimento
227 dos trabalhos pela CCT.

228

229 *Procedimento de ouvidoria e SISREDD+*

230 Os representantes da CCT discutiram a importância e utilidade do desenvolvimento de
231 um procedimento de ouvidoria relacionado às salvaguardas. Discutiu-se a necessidade
232 de aproveitar as experiências existentes e que as sanções no ordenamento jurídico
233 brasileiro já existem, que as salvaguardas não criam sanção. Ainda, discutiu-se a ordem
234 dos produtos, SISREDD+ e Ouvidoria. Chegou-se ao entendimento que os dois produtos
235 são complementares e caminharão em paralelo a partir de junho, possivelmente sendo
236 necessária a criação de grupos para trabalho remoto novamente.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

237 Encaminhamentos

238 1. Prazo para contribuições à ata da reunião 1 e relatório: 23/03/2017. Publicação
239 desses documentos no site reddbrasil.mma.gov.br em 24/03/2017.

240

241 2. RELATÓRIO DE CONCEITUALIZAÇÃO DAS SALVAGUARDAS

242 • Orientações sobre o formato do relatório: 1. Conceito; 2. Objetivo; 3. Detalhes;
243 4. Normativos atuais

244 • Grupos para refinamento do relatório anexo:

245 ○ Salvaguardas a e b: Bernhard, Eduardo, Francis – apoio Luiz;

246 ○ Salvaguardas c e d: Camila Pianca, Larissa Packer, Janete, Nathali –
247 apoio Edel;

248 ○ Salvaguardas e, f e g: Clarissa, Leandra – apoio Monique;

249 • Os coordenadores da CCT enviarão email aos grupos com sugestão de prazos e
250 próximos passos.

251

252 3. INSUMOS AO 2º SUMÁRIO DE SALVAGUARDAS:

253 • Informações do Fundo Amazônia sobre cada salvaguarda: Daniela;

254 • Processo de consulta à sociedade sobre o sumário: Internet +++ [redes sociais,
255 públicos a mais] e oficinas em capitais da Amazônia.

256

257 4. PRÓXIMA REUNIÃO DA CCT-SALVAGUARDAS:

258 • Finalizar relatório de conceitualização;

259 • Finalizar relatório de recomendações ao 2º sumário;

260 • 2ª Apresentação sobre ouvidoria – opções: ouvidoria agrária, FUNAI, SUS.

261 • Apresentação sobre desenvolvimento do SISREDD+.

262

263 Reunião encerrada